

## Negociação terá hoje nova rodada

O dia de sucessivas reuniões na Península dos Ministros terminou com o encontro, às 17h10, do governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, com o ministro da Previdência, Renato Archer, na casa do ministro. Pela manhã, o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, disse que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, também participaria desse encontro, mas até as 18 horas Ulysses, que é vizinho de Archer, ainda não saíra de casa. Hoje as conversas continuam logo pela manhã no churrasco marcado na casa de Ulysses.

Num discurso afinado com a entrevista dada de manhã pelo ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, Simon comentou que estes encontros para conversar sobre o sistema de governo e a duração do mandato de Sarney e dos próximos presidentes eram importantes, mas não decisivos. "Cada parlamentar vota de acordo com sua consciência, mas acho muito importante que sejam feitos todos os esforços para se chegar a um entendimento".

Simon acha que a discussão sobre o sistema de governo e a duração do mandato dos sucessores de Sarney não deve se confundir com o debate sobre o mandato do atual Presidente. "Agora deveríamos analisar a regra definitiva e na hora oportuna, na votação do capítulo das Disposições Transitórias, discutir a saída para a crise atual: se serão 4 ou 5 anos para Sarney, se o novo sistema de governo deve ser implantado agora ou no futuro".

Parlamentarista confesso, Simon não acha saudável, no entanto, buscar a mudança de sistema como remédio para a crise. "Acho extremamente doloroso que se esteja votando na Constituinte em cima de problemas da hora em que nós estamos vivendo. O Brasil vive dificuldades, viveu e viverá".

## Lula: PT não muda a sua posição

Da Sucursal

São Paulo — A executiva nacional e parte da bancada federal do PT discutiram ontem se o partido deve adotar outra posição na votação do sistema de governo, se a emenda presidencialista for derrotada. Antes do início da reunião na sede nacional, na Vila Mariana, em São Paulo, o líder da bancada e candidato à Presidência da República, Luís Ignácio Lula da Silva, afastava esta possibilidade. Segundo ele, como o diretório nacional decidiu-se pelo presidencialismo, não há como rever esta posição.

Outros membros da executiva e da bancada, entretanto, achavam que o partido não deve se abster da votação do tema, principalmente se ficar confirmada a tendência hoje majoritária pelo mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. O deputado Paulo Delgado (PT/MG) era um dos membros da executiva dispostos a defender a adoção de nova posição pela bancada petista na Constituinte, no caso de derrota da emenda presidencialista.

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT/SP), parlamentarista, concordava com Lula que a decisão do diretório não poderia ser alterada nesta reunião da executiva. A discussão, contudo, prometia avançar pela noite. Hoje, o partido deve divulgar nota com a posição oficial sobre o sistema de governo.

No começo da reunião, por volta das 16 horas, as resistências ao parlamentarismo eram de que o PMDB, com mais de 50 por cento do Congresso, seria o único beneficiário da adoção do novo sistema de governo este ano. O presidente nacional do partido, deputado Olívio Dutra (RS), acredita que a defesa do parlamentarismo é o biombo para fixar o mandato de Sarney em cinco anos. Ele lembrou que no passado a deputada Irma Passoni já havia proposto a rediscussão do sistema de governo no interior do PT, mas o diretório reafirmou a posição presidencialista. Dutra explicou que a posição da bancada petista é votar a emenda presidencialista do partido.



Num dia de encontro com militares, Ulysses esteve também com o general Ivan

# Militares não fazem opção sobre sistema

Os militares não querem eleições ainda este ano porque acham que isso interromperá as negociações da dívida externa e agravará a crise econômica, mas estão dispostos a aceitar a decisão da Constituinte em relação à duração do mandato do presidente Sarney. "A soberania da Constituinte é inquestionável", afirmou ontem o ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, depois de conversar em sua casa durante cerca de 40 minutos com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Moreira Lima disse que, na conversa com Ulysses, fez uma "análise da situação brasileira", transmitindo-lhe as preocupações da área militar com o início do processo sucessório ainda este ano. Quanto ao sistema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo — que deverá ser definido ainda esta semana pela Constituinte, Moreira Lima garantiu que os militares não têm preferência por um ou outro: "Ambos os sistemas são viáveis e perfeitamente aplicáveis".

Moreira Lima elogiou muito o papel de Ulysses na

condução da Constituinte — "o presidente Ulysses Guimarães vem conduzindo o Congresso com habilidade, tem sido um interlocutor excepcional" — e negou que haja clima de confronto entre os militares e o Poder Legislativo. "Isso é pura especulação. As Forças Armadas estão disciplinadas e preocupadas em assegurar a lei, a ordem e o funcionamento das instituições".

Ele considerou totalmente descabido o raciocínio de que a redução do mandato de Sarney provocaria a desmoralização dos ministros militares, por estes já terem deixado clara a sua posição em favor dos cinco anos. "Nós, ministros militares, temos não só o direito como o dever de manifestar nossa opinião. A decisão, no entanto, cabe à consciência de cada constituinte".

Moreira Lima lembrou que todos os setores da sociedade já externaram suas posições sobre mandato e eleições, e os militares também são parte da sociedade. "Não nos constituímos numa casta. As Forças Armadas brasilei-

ras são as mais democráticas do mundo", disse o ministro da Aeronáutica, observando que no Brasil qualquer pessoa pode tornar-se um oficial militar através de seus próprios méritos.

Moreira Lima elogiou as negociações da dívida externa, mas ressaltou que o dinheiro tomado emprestado pelo Brasil tem que ser bem aplicado. "Quando se investe em Itaipu ou Carajás, não estamos gastando, mas investindo. Quando se gasta com custeio, é um desastre".

Antes de encontrar-se com Moreira Lima, o presidente Ulysses Guimarães recebeu em sua casa com o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, e depois passou 40 minutos na casa do ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes. Esquivando-se o tempo todo dos jornalistas, Ulysses apenas negou, ao final do encontro com Moreira Lima, que tivesse ido lá negociar o parlamentarismo em troca do mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

## Ulysses admite: acordo é difícil

possível. Vamos ver — acrescentou.

Sobre a hipótese de um buraco negro, brincou:

— Vamos ver se o buraco é para sair, e não para ficar enterrado.

Depois de uma conversa com o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, o presidente da Constituinte disse que está promovendo consultas para ter "a maior soma possível de informações", o que considera seu dever.

Ulysses informou que manterá outros contatos hoje, já que está próximo o dia da votação "do que é mais importante e histórico, o regime de governo". Ulysses disse que está convocando todos os companheiros, e que tem conversado com os governadores para fazer uma avaliação da situação. E negou que tenha recebido um documento assinado por 163 peemedebistas em favor do parlamentarismo.

A respeito da proposta de parlamentarismo com cinco anos, o presidente disse não ter elementos para afirmar que a sugestão é viável, e que esta é uma

proposta que surgiu como outras.

Ulysses disse ainda desconhecer a tendência dominante a partir das consultas que já fez, e manifestou sua intenção de ter um contato com o presidente José Sarney antes da votação. Ao ser indagado por um repórter sobre a proposta de cinco anos com parlamentarismo, que interessaria ao Planalto, respondeu:

— Você acha que interessa ao Planalto? Você viajou com o presidente Sarney? Ele foi para Fernando de Noronha. Não sei se a proposta interessaria ao Presidente. O que sei é o que a imprensa tem noticiado. Não sou porta-voz do Presidente. Pergunte a ele.

Ulysses também disse não saber se a proposta rancharia o PMDB, observando apenas que "qualquer proposta que veia será levada democraticamente aos companheiros".

— Mas não tenho da parte do presidente Sarney nenhuma proposta, a não ser a que a Nação toda conhece, e que ele reiteradamente tem se manifestado a favor dela.

# Presidencialistas são a maioria, diz Prisco

Todos os levantamentos de que o governo dispõe indicam que a maioria dos constituintes é presidencialista, e os parlamentaristas estão fazendo uma guerra psicológica e um grande esforço de propagação, de contra-informação, para fazer crer que a tendência majoritária é parlamentarista. Quem diz isso é o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana.

Em entrevista, ontem, Prisco Viana disse também que o presidente José Sarney mantém sua posição favorável ao presidencialismo com um mandato de cinco anos, mas concorda com a adoção de algumas regras parlamentaristas. Dentro da ideia de um presidencialismo com um Congresso forte estão sendo examinadas algumas alter-

nativas, como a emenda do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), que prevê a figura de um primeiro-ministro coordenador. Sarney, segundo o ministro, não está "transacionando com o mandato", e admitir que ele possa aceitar o parlamentarismo para ficar mais um ano no poder "é até ofensivo".

— Jamais o presidente Sarney admitiu aceitar a adoção do parlamentarismo clássico, onde o presidente da República só é chefe do Estado.

O ministro acrescentou que um entendimento sobre o sistema de governo nesta fase de votação pode não ser possível. Ele acredita, entretanto, que acabará havendo um acordo em torno do presidencialismo na hipótese de um "buraco negro" — que ocorre

quando nenhuma das propostas submetidas ao plenário consegue reunir 280 votos.

Prisco Viana voltou a dizer que a defesa feita por Sarney dos cinco anos não é uma questão pessoal, mas parte da convicção do presidente de que esse é o prazo que melhor convém ao processo normal de transição. Enfatizou que o presidencialismo defendido pelo governo pressupõe não a excessiva concentração de poder nas mãos do chefe do governo, mas a grande participação do Congresso na formulação e na execução das políticas. E condenou o parlamentarismo:

— Há figuras influentes que defendem esse sistema e exercem uma pressão sobre a opinião pública. Eu entendo que o parlamentarismo é uma aventura.